



INFORMATIVO DO TJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

MENSAGEM

Consoante as disposições do Código Judiciário do Estado, além de outras atribuições regulamentares, compete à Diretoria do Fôro Cível a administração, coordenação e fiscalização dos setores sob sua jurisdição.

Cumprindo as metas estabelecidas pela atual gestão do Poder Judiciário, que também, não mede esforços para o aprimoramento e dinamização do expediente judicial, coordenamos a instalação da Divisão Central de Mandados, conforme provimento 03/93, expedido pela Douta Corregedoria Geral de Justiça e a Unidade de Distribuição Eletrônica de Feitos que, juntamente com o Setor de Expedição e Recolhimento Instantâneo de Taxas Judiciárias propiciam o imediato acesso das ações aos MM. Juízos competentes.

A criação de novas Varas Privativas de Assistência Judiciária, foi seguida da centralização dos gabinetes de juízes e cartórios vinculados em setor único, o que, juntamente com a dedicação de magistrados e servidores, trouxe grande melhoria à tutela dos direitos das pessoas carentes.

A instalação da Central de Consultas, a informatização do expediente das Varas Cíveis e da Diretoria do Fôro Cível prevista para os próximos sessenta dias, resultará finalmente na efetiva modernização dos Serviços Forenses e realização dos ideais dos que nos antecederam, sempre lutando por uma eficiente prestação jurisdicional.

*Albanira Lobato Bemerguy
Juíza Diretora do Fórum Cível.*

Foram realizadas as provas do concurso público para 10 cargos nos quadros do Judiciário. Página 5



*Juíza
Albanira
Bemerguy,
eficiente
trabalho
na direção
do Fórum
Cível*

Secretário da SEPLAN propõe manter o mesmo percentual para o Judiciário na LDO/1995. Página 3

Finanças do Judiciário estão sendo administradas sob extrema rigidez. Página 3

Tribunal Pleno aprova Nova Estrutura Organizacional no TJE. Página 4

PUBLICAÇÕES

Relação de periódicos recebidos na Biblioteca "Des. Antônio Koury", no mês de abril.

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO, São Paulo: NDJ, a.10, n.º 3, mar. 1994

BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL, São Paulo: NDJ, a.10, n.º 3, mar. 1994

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA ADCOAS, Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, a.26, n.º 8, mar. 1994; a.26, n.º 9, mar. 1994; a.26, n.º 10, abr. 1994; Suplemento Especial (Medida Provisória 457/94, abr. 1994

BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, São Paulo: NDJ, a.7, n.º 3, mar. 1994

CALENÁRIO OBJETIVO DE OBRIGAÇÕES E TABELAS PRÁTICAS, São Paulo: IOB, n.º 17, maio. 1994

ESMAGIS, Campo Grande: Escola Superior da Magistratura, n.º 6, jan. 1994

ICMS/IPI e outros. São Paulo: IOB, a.28, n.º 14, abr. 1994; a.28, n.º 15, abr. 1994; a.28, n.º 16, abr. 1994; a.28, n.º 17, abr. 1994

IMPOSTO DE RENDA E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA, São Paulo: IOB, a.28, n.º 14, abr. 1994; a.28, n.º 15, abr. 1994; a.28, n.º 16, abr. 1994; a.28, n.º 17, abr. 1994

INFORMAÇÕES OBJETIVAS IOB, São Paulo, IOB; Suplemento Especial — Anexo ao Bol. IOB; n.º 16/94; Suplemento Especial, Regulamento do Imposto de Renda — DOU de 12 jan. 1994

INFORMATIVO DINÂMICO, São Paulo, IOB, a.18, n.º 23, mar. 1994; a.18, n.º 25, abr. 1994; a.18, n.º 26, abr. 1994; a.18, n.º 27, abr. 1994; a.18, n.º 28, abr. 1994; a.18, n.º 29, abr. 1994; a.18, n.º 30, abr. 1994.

JULGADOS DO TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, a.22, n.º 86, jun. 1993

JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA CRIMINAL, Cu-

itiba: Juruá Editora, n.º 33, 1994

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, São Paulo: Lex Editora, a.27, v.148, set. 1993

JURISPRUDÊNCIA PENAL MILITAR, Porto Alegre: Tribunal Militar, jul/dez.1992

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, São Paulo: IOB, a.28, n.º 14, abr. 1994; a.28, n.º 15, abr. 1994; a.28, n.º 16, abr. 1994; a.28, n.º 17, abr. 1994; a.28, n.º 43, out. 1994; a.28, n.º 48, dez. 1993

REPERTÓRIO JURISPRUDÊNCIA. CÍVEL, PROCESSUAL, PENAL E COMERCIAL, São Paulo: IOB, n.º 7, abr. 1994

REPERTÓRIO JURISPRUDÊNCIA. TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO, São Paulo: IOB, n.º 7, abr. 1994

REPERTÓRIO JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO, São Paulo: IOB, n.º 7, abr. 1994

REVISTA DE DIREITO CIVIL. IMOBILIÁRIO, AGRÁRIO E EMPRESARIAL, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.17 n.º 63, jan/mar. 1993

REVISTA DE DIREITO MERCANTIL. INDUSTRIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO, São Paulo: Revista dos Tribunais, a.32, n.º 90, abr/jun.1993; a.32, n.º 91, jul/set.1993

REVISTA DE JULGADOS e DOUTRINA DO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n.º 18, abr/jun.1993

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande, a.15, n.º 85, abr. 1993; a.15, n.º 86, abr. 1993; a.15, n.º 87, abr. 1993

REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, n.º 1, out/dez.1992

REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n.º 39, jun. 1993

REVISTA DE PROCESSO, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, a.18, n.º 71, jul/set. 1993

REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Brasília: a.6, n.º 53, nov. 1994

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL — 1ª Região, Brasília. DF, v.5, n.º 1, jan/jun. 1993; v.5, n.º 2, jul/dez. 1993

REVISTA DOS TRIBUNAIS, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Ano 83, v. 699, jan. 1994.

REVISTA DOS TRIBUNAIS, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, v.687 a 698 — Índice Geral

SUMÁRIOS CORRENTES DE DIREITO, São Paulo: Faculdade de Direito da USP: Serviço de Biblioteca, v.10, n.º 3, pt.1, jul/set. 1992; v.10, n.º 3, pt.1, out/dez. 1992; v.10, n.º 3, pt. 2, out/dez. 1992

TEMÁTICA CONTÁBIL E BALANÇOS, São Paulo: IOB, a.28, n.º 14, abr. 1994; a.28, n.º 15, abr. 1994; a.28, n.º 16, abr. 1994; a. 28, a.28, n.º 17, abr. 1994

TEXTOS LEGAIS, São Paulo: IOB, 1994; a.28, n.º 14, abr. 1994; a.28, n.º 15, abr. 1994; a.28, n.º 16, abr. 1994; a.28, n.º 17, abr. 1994 ■

INFORMATIVO DO TJE

Circulação dirigida aos integrantes do Poder Judiciário. Distribuição gratuita.

Tiragem: 2.500 exemplares. Responsabilidade Secretária de Administração do TJE

Edição Glória Lima DRT/PA 954

Colaboração: Rui Noronha.

Tereza Cativo, Ana Regina,

Terezinha Farias.

Composto e Impresso na Divisão Gráfica CEIUP.

Presidente do TJE propõe aumento do orçamento para 1995

A Presidente do TJE Des. Maria Lúcia, diante da proposta SEPLAN — Secretaria do Planejamento — de manter no Projeto de Lei que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias/1995, o mesmo percentual de 6,5% em favor do Poder Judiciário, fato comunicado a Presidente, através de Ofício expedido pelo Secretário de Planejamento, está desenvolvendo um trabalho junto à Assembléia Legislativa do Estado para aumento desse percentual.

Nesse sentido enviou correspondência ao Presidente daquela casa Deputado Bira Barbosa, solicitando emenda substitutiva ao Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo, com a elevação do percentual para 7,5%, valor que já estava em processo de negociação junto à SEPLAN e aos demais poderes do Estado. Acompanhando o pedido foi anexado o Quadro Demonstrativo da Programação do Judiciário para o próximo ano.

Na ocasião, foi também enviada correspondência solicitando apoio a todos os demais deputados, inclusive colocando a disposição dos mesmos a equipe técnica do TJE, para se necessário, subsidiá-los numa apreciação técnica mais profunda da programação apresentada e dos recursos solicitados.

Informatização no Judiciário prossegue com instalações de mais micros

O programa de informatização é um sucesso. Foram adquiridos e instalados na rede TJE, 125 microcomputadores, 91 impressoras e ministrados 300 horas de treinamento, para 150 servidores do Tribunal. Os antigos equipamentos SMX — já ultrapassados — foram substituídos por dois microcomputadores 486 Dx-2 e dez micros 386 dX-40, na configuração padrão adotada pelo Tribunal e ainda o Software Novell, através de acordo firmado com a empresa Sol Informática.

A empresa Lobel Engenharia já concluiu os serviços de instalação de infra-estrutura física e lógica da Rede Local no TJE — Prédio Principal e Anexos I e II.

Para o mês de junho está previsto a instalação dos micros nos gabinetes de juizes do Fórum Criminal e ainda neste semestre serão adquiridos mais 40 microcomputadores e acessórios, visando a total implantação da rede TJE. A Presidência do Tribunal espera que todos os Magistrados e demais servidores utilizem cada vez mais os microcomputadores disponíveis e que procurem o Departamento de Informática para prestar o necessário apoio técnico solicitado.

Recursos Financeiros do TJE estão insuficientes

A administração dos recursos financeiros do Poder Judiciário neste ano, está sendo realizada sob regime de extrema rigidez, tendo em vista que esses recursos estão sendo insuficientes para cobrir as despesas programadas.

A razão desse desequilíbrio, está na implementação do Regime Jurídico Único e nas conversações pela URV, que elevaram as despesas com pessoal e com as demais obrigações financeiras do TJE, fazendo com que os recursos programados e repassados atra-

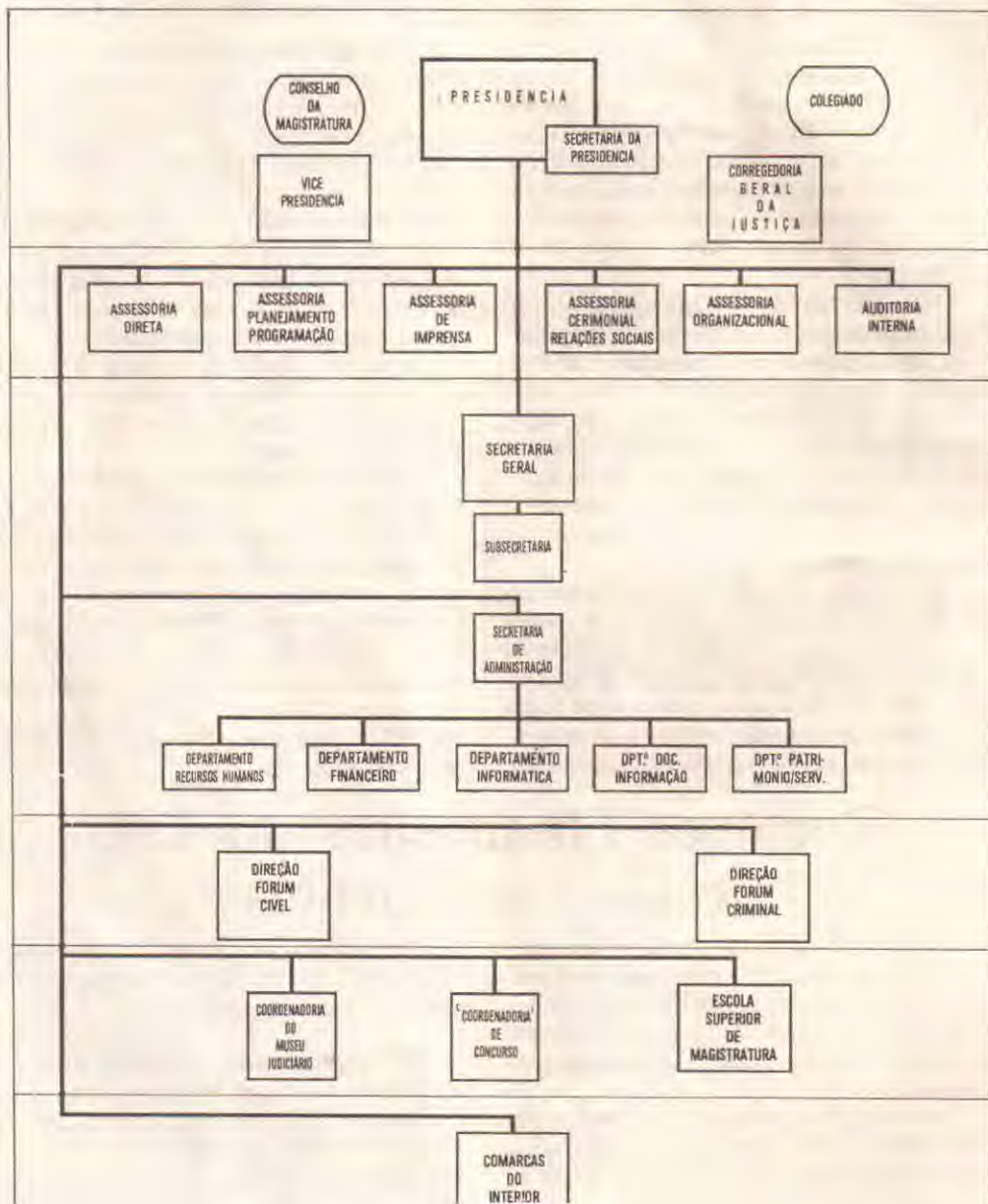
vés dos QDQTs — Quadro Demonstrativo de Quotas Trimestrais — sejam menores do que os pagamentos devidos.

O TJE já solicitou à SEPLAN crédito suplementar para normalizar essa situação, porém ainda não foi atendido face a alegação das dificuldades financeiras do Estado. A equipe técnica do Executivo, garante que a situação deve melhorar nos próximos meses, pela elevação da receita arrecadada. Vamos aguardar.

NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO JUDICIÁRIO

Publicamos o novo Organograma Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aprovada pela Resolução nº 018/94 do Egrégio Tribunal Pleno e que reúne em único documento as diversas Resoluções que tratam da estrutura e da organização administrativa do TJE.

ORGANOGRAMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ



TJE conclui primeira etapa do concurso

Com a presença da Comissão Examinadora do Concurso, juntamente com a Coordenação Organizadora — FADESP — Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa, da Universidade Federal do Pará, foi realizada no dia 15 passado a primeira fase do concurso para 10 cargos do quadro permanente de serventários e funcionários do Tribunal de Justiça do Estado.

Com 8.180 candidatos que se inscreveram, o total de abstenção foi de 34%, e até o fechamento desta edição (20/5), a saída do listão de classificados, nesta primeira etapa, está prevista para o dia 25 deste mês quando o TJE deverá publicar no Diário da Justiça o referido listão.

Para os candidatos inscritos nos cargos de: leiloeiro; porteiro de auditório; auxiliar de informática;



Corregedor Alberto Maia, supervisionando a realização das provas juntamente com a juíza Ivone Santiago — Presidente da Comissão Examinadora.

atendente e auxiliar de serviços gerais, o concurso já está encerrado, já que para estes cargos, foi prova única. Os demais candidatos deverão se preparar para a segunda fase do concurso a

ser marcada no dia da saída do listão dos classificados. Os candidatos ao cargo de escrivão terão ainda uma terceira fase.

Com tranquilidade e sem problemas os candidatos fizeram suas provas, até o momento, só houveram dois recursos pedindo anulação de questões, que na opinião dos candidatos que recorreram não constavam no programa. A Coordenação Organizadora deverá analisar todas as ocorrências registradas pelos fiscais — questões que não estavam no programa, bem como questões com várias ou nenhuma resposta apontadas na hora da prova.

A fiscalização foi feita pelos servidores da UFPa, juntamente com três diretores do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, que reivindicaram a participação na fiscalização, o que foi atendido pela Comissão Organizadora.

Concurso Público para Comarcas do Interior

Com a mesa cheia de pedidos solicitando autorização para realização de concurso público nas Comarcas do interior, alguns feitos pelos juízes diretores dos fóruns, outros em função da homologação das opções das serventias, o Corregedor Geral do TJE, Des. Alberto Soares Maia, que também deverá supervisionar todos os concursos, já deferiu alguns pedidos e espera que até o dia 31 de janeiro seja realizado os que já estão em vias de

autorização.

Encontram-se nesta fase as Comarcas: Moju, Santa Izabel, São João do Araguaia e Soure. A preocupação maior é que a lei eleitoral não permita a realização dos concursos públicos e excesso de atividades dos Juízes, das Comarcas, que na maioria acumulam as atividades judiciais com as atividades eleitorais, o que pode acarretar demora para a realização dos respectivos concursos.

Escola da Magistratura atualizando Servidores

Atendendo a solicitação da Secretaria Administrativa e Departamento de Recursos Humanos, a Escola da Magistratura realizou de 9 a 13 deste mês, o curso de atualização "Gerência e Liderança", com 24 horas/aulas de duração.

O curso ministrado pela professora Ida Moreira, da UFPa., foi destinado aos funcionários ocupantes de cargos de chefia e que deverão apresentar até o dia 14 de junho um plano de desenvolvimento pessoal, pertinentes as atividades que exercem para avaliação e estudos.

A Diretoria do Departamento de Recursos Humanos já iniciou estudos junto a Escola de Magistratura para promover o mesmo curso aos demais Servidores do TJE.

Prossegue na Escola os cursos de "Francês para Magistrados" iniciado em outubro de 93, e encerramento previsto para dezembro deste ano; "Direito Penal e Processo Penal" também prossegue e está previsto o término para junho próximo.

Servidores de Castanhal farão curso

O Juíz Paulo Jussara, Diretor do Fórum de Castanhal, solicitou através de ofício para a Escola da Magistratura a implementação de uma turma, para os Servidores da Comarca, do curso de Desempenho Profissional — já ministrado em Belém, Santarém e Abaetetuba. O coordenador da Escola informou que a solicitação foi deferida pela Diretoria de Ensino da Escola e deverá iniciar no segundo semestre deste ano.

CURTINHAS

Novos Prédios — O Tribunal brevemente disporá de vários prédios localizados no Largo de São João. Inicialmente foram desapropriados, através do Decreto nº 2448 de 30.3.94 no Governo Jader Barbalho, três imóveis contíguos, que deverão servir para a instalação do Almoarifado/Depósito e para construção de um prédio de 3 andares para abrigar o Arquivo do TJE, Museu Judiciário e Auditório.

É pensamento da Administração nas novas áreas a serem desapropriadas (supermercado e terreno ao lado) a construção do Fórum Criminal e do novo estacionamento para os veículos do Tribunal. ***** Serviços de Limpeza** — O TJE contratou novos serviços de limpeza, através da empresa SCOVAN Serviços Gerais Ltda, vencedora da Tomada de Preços nº 008/94. *Certamente após o cumprimento das exigências constantes no Edital de maior capacidade técnica e financeira dos concorrentes o Tribunal estará melhor servido. Ainda sobre Licitações, no último dia 18, foi aberta a Tomada de Preços nº 009/94, que trata da contratação de empresa para fornecimento de Vale Alimentação aos Servidores do Tribunal, até a categoria de nível médio, sendo que 20% do custo será descontado dos beneficiários. Desta forma será atendido o pleito do SINJEP, devidamente autorizado pela Des. Maria Lúcia, Presidente do Tribunal.* ***** Informatização no interior** — Após implantar a informática nas Comarcas de Ananindeua e Santarém, o Tribunal está entregando microcomputadores para as Comarcas de Castanhal e Marabá ainda neste primeiro semestre. O programa também prevê para o corrente ano a informatização nas Comarcas de Abaetetuba e Altamira com a instalação dos micros e treinamento dos servidores que trabalharão diretamente com o computador. ***** Homenagem Póstuma** — *Registramos com profundo pesar o falecimento do Des. Agnano de Moura Lopes, já aposentado, ocorrido em Belém, às 9 horas do dia 2 deste mês, de insuficiência respiratória. O Des. Agnano foi alguns anos Presidente do TJE e em sua gestão foi construído o Palácio da Justiça, inaugurado em 18 de dezembro de 1970. Foi também o fundador do Museu Judiciário inaugurado em 8 de dezembro de 1971.* ***** Pecúlio Judiciário** — Atendendo a pedidos, publicamos os nomes dos servidores falecidos e o mês correspondente ao desconto dos respectivos pecúlios judiciais: Cipriano Raimundo Barbosa, faleceu em janeiro — descontado pecúlio em abril; Abel Lopes Rodrigues, faleceu em fevereiro — descontado em maio; Teodoro P. Gurfão, faleceu em março — descontado em junho; Waldemar Filguera da Cunha, faleceu em janeiro — descontado em julho; Agnano de Moura M. Lopes, faleceu em maio — descontado pecúlio em agosto.

ATUALIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIO

A atual administração do Tribunal de Justiça tem como uma de suas principais prioridades, a atualização de seus funcionários através da constante oferta de cursos, como: "Treinamento Comportamental" — 100 funcionários, no período 4/3 a 21/5; "Formação de Segurança Pessoal Privada" — 60 guardas e motoristas, período 13/10/93 a 18/3/94;

"Formação de Segurança e Vigilância de Instalações" — 67 guardas e motoristas no período de 13/10/93 a 18/3/94; "Planejamento de Treinamento" — 6 funcionários — período 21 a 24/3/94; "Gerência e Liderança" — 31 funcionários, período 9 a 13/5/94; "Simpósio de Família, Saúde Mental" — 10 funcionários, período 5 a 7 de maio/74.

DIREITOS E DEVERES

Serviço Odontológico do TJE

O Serviço Odontológico do Tribunal que atende uma média diária de 20 servidores e demais dependentes no horário de 7 às 18 horas, de segunda a sexta, assim como o serviço médico, é formado por profissionais de alta competência.

Oferecem serviços aos beneficiários de clínica geral, que abrangem restauração em amál-

gama, adapitic, restauração foto polimerizador, curativos. Na área de odontopediatria realizam nas crianças além dos serviços de clínica geral, aplicação de fluor e aplicação de celante. Na área de periodontia fazem a tartarotomia, profilaxia, radiologia, extração, hemostasia e também fazem assentamento e conserto de próteses.

EQUIPE ODONTOLÓGICA E SUAS ESPECIALIDADES

José Ayres do Amaral	—	Clínica G. e Odontopediatria	— 7 às 10h
M. ^a das Graças Damasceno	—	Clínica G. e Odontopediatria	— 9 às 12h
Francisco de Assis Lisboa	—	Clínica G. e Odontopediatria	— 11 às 14h
José Nazareno R. de Matos	—	Clínica G. e Odontopediatria	— 13 às 16h
Ságio Alfredo B. de Araújo	—	Clínica G. e Odontopediatria	— 15 às 18h

AUXILIARES DE INSTRUMENTAÇÃO

Vera Lúcia Pampolha do Amaral — 7 às 13h
Alda Lúcia Duarte da Costa — 12 às 18h

Servidores do TJE só podem se ausentar do trabalho com aval do chefe imediato

O Departamento de Recursos Humanos esclarece que todo e qualquer pedido de afastamento do funcionário de seu setor, ou seja, licença de qualquer natureza, férias e outras, terão que chegar no Departamento, com o ciente do chefe imediato.

Tal determinação se deve ao fato de que muitos servidores encaminham seus pedidos de licença ou férias, sem que seus

chefes sejam comunicados, acarretando muitas vezes, prejuízos nas tarefas dos setores.

Servidores que descumprirem a determinação terão que retornar com os pedidos aos seus chefes imediatos, e só poderão se afastar mediante o deferimento do pedido pelo Departamento de Recursos Humanos.

ANIVERSARIANTES DE JUNHO

A Administração do Poder Judiciário parabeniza os aniversariantes do mês de junho

- 1** Antônio dos Reis Castro
Antônio F. Lobato
Iracema Viana Santana
M² Lindalva P. Tavares
- 2** Claudianor G. da Silveira
Luiz Alberto Tuiji de Castro
M² da Nazaré B. da Cunha
Rita de Cassia M. Silva
- 3** Antônio Paulo Souza
J. Carlos A. F. de Oliveira
M² das Graças S. Fonseca
Mário da Paixão Lima
Paulo Roberto Cecim
Julza Silvana M² de L. e Silva
- 4** Eduardo Ferreira Soares
Maria de Fátima T. Ribeiro
- 5** Altair Lins da Silva Leal
Francisco Segudin Dias Filho
Des. José Alberto S. Maia
Nelma Lúcia S. da Silva
Sérgio Paulo de A. Cardoso
Valério de Mello Alves
- 6** Graciente Wanderley Oliveira
Maria da Graça P. da Silva
Julza Maria Elvina G. Taveira
Pretora M. Macedo Azedias
Norberto Bernardino da Silva
Raimundo das C. Filho
Julza Sônia M² de M. Parente
- 7** Antônio da Silva e Silva
Antônio R. Alcântara Pereira
Flodoaldo P. da Silva
Gilmar Dias Jatene
João Lessa Pena
J. Rosa de Fátima da C. Nav.
- 8** Antônio Carlos P. de Carvalho
Cláudia Maria N. Lima
Everaldo Antônio F. Soares
José Alexandre B. Araújo
José Luiz da Silva
Marco A. Duarte Fonseca
Maria José R. Rodrigues
- 9** J. Osmarina Onadir S. Nery
Antônio Wanderley Magalhães
J. José Coriolano da Silveira
Luiz Gonzaga M. Godinho,
Melânia S. da Silva
Juiz Ricardo F. Nunes
Rozana M. Paixão
- 10** Alfonso Marcos Rio
Ana Tereza dos S. Pinheiro
Francisco Casemiro da Silva
Julza Isolina Sales de Lima
Maria Dalva de A. Souza
Maria H. Catunda Marques
Maria José de L. Nunes
Maurício C. Mendes Rocha
- 11** Antônio Ronaldo L. de Souza
Ideraldo Belline G. de Oliveira
- 12** Antônia Pereira Neres
Estrela Cardoso Bohadana
João Damasceno M. Junior
Núcia Fernanda Santos Lopes
- 13** Edvaldo Alves de Souza
Helena M² Couto
Henrique A. M. de Moraes
Julza Sandra M² A. Klautau
- 14** Juiz Antônio C. V. L. Cruz
Edivaldo M. dos Santos
Jurane F. de Souza
Kanard Figueiredo Cohen
Julza M² Edwiges M. Lobato
Océlio da Silva Oliveira
Rui Costa de Oliveira
- 15** Marinho F. da Cruz
- 16** Antônio Martins Paulo
Glória Célia de O. Farias
Maria do Carmo C. Oliveira
Simone de C.D. Cruz
- 17** Armando da Silva Soares
Isolda M² Borborema Rebelo
Maria de Deus dos S. Lima
M² Raimunda F. Pamphylis
J. Rosi M² Gomes de Farias
- 18** Eomar Dias Leite
Maria Alice C. dos Santos
Neira de Jesus S. da Costa
- 19** João Carlos P. da Silva
Miriam Pinho Pereira
Valério Frazão de M. Alves
- 20** Angela T. de S. C. Teixeira
Antônio da S. Machado
Dicenor Pereira da Trindade
Emar do Nascimento Pires
Ernando Socorro N. Luz
Gracielo do Socorro B. Solano
Manoel Mendes Farias
- 21** Gabriel Raiol da Conceição
Irene C. dos Santos
João Batista R. Ferreira
Manoel Aluizio G. Paixoto
Miguel Sauma Filho
- 22** Ana Carla Bentes de Sena
Jacylene Santos Amaral
Janete Martins da Fonseca
Joana Leis de A. Silva
José Maria dos Santos
Marcos A. Ribeiro Fidelis
J. M² Rita Assunção de Lima
Paulo Cesar Barreto
Raymundo A. de Paiva Vieira
- 23** Edeltrudes M² C. dos Santos
João Alves da Costa
João Amancio da Costa
Juiz João B. do Nascimento
João Batista Marques
João Batista P. de Farias
Luiz Alfonso dos Santos
Maria Celeste Carvalho Brabo
J. M² das Graças A. da Fonseca
Maria Rita R. da Costa
Pedro de Carvalho Sodré
Raimundo Corrêa dos Santos
- 24** Claudio Maneschy Siqueira
João Batista Leal Gonçalves
João Cordeiro da Cunha
João Ferreira de Almeida
- João Ferreira do Nascimento
Lea Santos Martins
- 25** Aida Lúcia D. Costa
Antônio G. N. dos Reis
- 26** Eunice Mara Farias Brown
Manoel Monteiro G. Filho
Maria de F. Bentes de Souza
M² José P. C. de Macêdo
Maria Rosa L. Gonçalves
Marle Dionízio
Regina Célia dos Santos
Celma Tuiji de Castro Franco
Sergia Maria de Almeida
- 27** Antônio Reinaldo Vidal
J. Hélio Mendonça de Campos
Joaquim Egídio Nunes
Juventino Borges de Souza
M² Helena Almeida de Souza
Nelson Noronha Tavares
Raimundo Barbosa
Wilmar W. Colêho
- 28** Antônio M. Moura da Silva
Ester Nonato da Silva Aranha
José Carlos da Rocha
Maria José Braga Pantoja
Maria Lúcia Xavier Hanaque
M² Rosane de Jesus Garcia
Sebastião Cordeiro de Jesus
- 29** Mair Guimarães Moraes
Paulo Aramys M. da Costa
Paulo Carvalho da Costa
Pedro Borges
Pedro Elzaman Bitencourt
Desem. Pedro Paulo Martins
Raimundo da Costa Santos
- 30** Juiz Jacyr Moraes Rabelo
Joadir Marcelo Marques
Raimundo Marçal B. Leão
Pretor Renato João B. Lima
Sandra Suelly L. de Carvalho

N.Cham. 341.3

Título: Informativo TJPA.

1 - []

6 - []

8 - []

(fi)

12 - []

13 - []

B

17 - []

23 - []



12270

20364

Ex. 1 v. 1, n. 13, maio 1994 TJE-PA BC

23 - Dia Mundial das Comunicações Sociais

em

com Deus, seja
der. No meio
es, na fatigante
io mais profun-
sas".